

POLÍTICAS DE EXPANSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA UFPB (1996 – 2012)¹

Uyguaciara Veloso Castelo Branco (UFPB)

Edineide Jezine (UFPB)

Paulo Hideo Nakamura (UFPB)

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar algumas reflexões sobre as políticas de acesso e permanência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), a partir de um estudo de caso sobre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse sentido, serão apresentados dados quantitativos e qualitativos que mostram as ações de ampliação do acesso e as políticas de permanência, cujos resultados apontam para uma maior inclusão no Ensino Superior brasileiro pós-LDB. Para tanto, será apresentado um breve levantamento e análise da história da instituição, com ênfase nas ações de acesso e permanência desenvolvidas, no período de 1996 a 2012; em seguida, serão apresentados levantamentos quantitativos e qualitativos realizados, com a finalidade de caracterizar a UFPB em termos da clientela atendida, do corpo docente e técnico-administrativo em exercício, e dos programas acadêmicos existentes, que envolvem ações no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Por fim, são apresentadas algumas reflexões no que diz respeito à eficiência das ações empreendidas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Políticas públicas; Democratização do Acesso; Permanência; Vulnerabilidade social.

1 UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA

Apesar de serem consideradas tardias, no decorrer do século XX, foram surgindo e ganhando corpo as Universidades Públicas Federais, passando a ter maior ou menor desenvolvimento em razão da evolução econômica, social e cultural local ou nacional. Para atender as demandas de implantação e crescimento industrial, comercial e de serviços, diversas áreas foram surgindo e exigindo especializações, ocasionando certa fragmentação do Ensino Superior em várias áreas, cada uma delas com um amplo leque de cursos e áreas de aprofundamento.

No Estado da Paraíba, em 2 de dezembro do ano de 1955, foi criada a Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual de nº 1.366, que diz, no artigo 1º:

É criada a Universidade da Paraíba, com sede na cidade de João Pessoa, capital do Estado, instituição de ensino superior, dotada de personalidade jurídica e de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar na forma da lei.

¹ Esse artigo contou com a colaboração da mestranda Camilla Regina P. B. da Trindade, bolsista OBEDUC, e da aluna de graduação Jislayne Cibele Felinto, bolsista PIBIC.

A federalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ocorreu no dia 13 de dezembro de 1960, ocasião em que foi aprovada e promulgada a Lei nº. 3.835, tornando-se uma instituição de referência em Ensino Superior no Estado. Com o passar dos anos a UFPB foi tornando-se cada vez mais sólida e integrada no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, apresentando muitos avanços e um desenvolvimento significativo para a expansão da Educação Superior da região Nordeste e do país. A cada ano, seus gestores passaram a se dedicar ao planejamento de seus cursos e áreas, como também a tratar de questões de infraestrutura, uma vez que a Universidade foi concebida, pela natureza de sua implantação², com um caráter multicampi.

Em termos legais, a UFPB é regida, em sua estrutura hierárquica e funcional, pelo seu Estatuto, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº. 112/2002) e pelo Ministério da Educação (Portaria nº. 3.198 de 21.11.2002, publicada no D.O.U. de 22 de novembro de 2002, retificada no D.O.U. de 12 de dezembro de 2002), e pelo seu Regimento, que disciplina as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão³.

A instituição possui, atualmente, quatro campi situados nas cidades de João Pessoa (campus I); Areia (campus II); Bananeiras (campus III) e Litoral Norte (campus IV), e 15 Centros de Ensino. Em 2012, a UFPB ofertou 138 cursos de graduação sendo 131 presenciais e 7 à distância. O total de matrículas em cursos de graduação era de 27.288 alunos considerando somente os cursos presenciais, sendo o bacharelado a modalidade que atende ao maior número de matriculados, com 20.010 alunos matriculados, em 2012.

Na pós-graduação, em 2012, o número de matriculados era de 3.338 alunos, sendo 2.278 de mestrado e 1.060 de doutorado em 51 programas de mestrado e 27 de doutorado.

O corpo docente, neste mesmo ano, era composto de 2.547 professores, sendo 58,2% com doutorado. O número de servidores técnico-administrativos era de 2.590, sendo 57,2% com pelo menos formação em curso superior.

A UFPB está situada no estado da Paraíba que, de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), tem uma área de 56.469 km², dividida em 223 municípios; com uma população total de 3.766.528 habitantes e densidade demográfica (hab/km²) de 66,7 em que a população residente urbana é de 75%. A Paraíba⁴ é um dos estados mais pobres da região do

² A UFPB foi criada a partir da junção de diversos cursos isolados, que funcionavam na capital do Estado, mas também nas cidades de Campina Grande e Areia, abrangendo posteriormente outras regiões do Estado.

³ UFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2009 – 2012. João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/pdi_ufpb_2009_2012.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

Nordeste brasileiro, concentrando um dos maiores índices de miséria do país, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵ 0,658, distanciando-se dos cinco estados com maiores IDH no Brasil que são, respectivamente, Distrito Federal (0,824) único que se situa na faixa de alto desenvolvimento humano; São Paulo (0,783); Santa Catarina (0,774); Rio de Janeiro (0,761) e Paraná (0,749).

Neste quadro, a Paraíba fica à frente apenas do Piauí e Pará (0,646); Maranhão (0,639) e Alagoas (0,631). O estado ainda apresenta uma alta taxa mortalidade infantil (antes de completar 1 ano de idade) de 35,2 por mil nascidos vivos (2009). Possui como Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 28,7 bilhões (2009) e a renda média é R\$ 412,00 (2010), tendo como principais atividades econômicas a agricultura, pecuária, serviços e turismo.

A média de anos de estudos de pessoas de 25 anos ou mais revela as diferenças regionais: a média nacional é 7,1, ao passo que a nordestina é 5,8 e a paraibana 5,6. No quinto inferior de rendimento, a média nacional é 4,5, a nordestina 3,6% e a paraibana 3,5%; no quinto superior, a média nacional é 10,4, a nordestina e paraibana ficam em 9 anos (IBGE, 2010). No ano de 2010, o IBGE registra no Brasil a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade em 9,6% e entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade a taxa é de 3,9%. Todavia, o nível de escolaridade da população do Nordeste é menor que a média nacional, com índice de 9,6% entre a população de mais de 15 anos e de 3,9% na população entre 10 a 14 anos.

Na Paraíba⁶, a situação confirma sua classificação no IDH, pois o índice de analfabetismo é de 21,9% no grupo de pessoas com mais de 15 anos e de 6,4% entre pessoas com 10 a 14 anos de idade. A taxa de escolarização do ensino médio bruta chega a 74,7% e a líquida é de 37,7%, significando que o público em idade de ingresso ao ensino superior não tem alcançado a aprovação e/ou formação necessária para seguir com a escolarização ao nível superior, pois a escolaridade média em anos de estudos (pessoas de 25 ou mais) é de 5,6, o que indica uma defasagem no processo de escolarização da população paraibana.

Apesar desses números, a UFPB tem cumprido com sua função social, alcançando importantes índices de expansão, tanto na oferta de vagas quanto de novos cursos para o Estado. Nesse contexto, é importante apresentar uma breve discussão sobre a situação da instituição no período de 1991 a 2012 em termos da relação vagas e candidatos, considerando a população em idade ideal para o ingresso no ensino superior seja de 18 a 24 anos. O Estado

⁵O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

⁶ Consultar os dados disponíveis em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/paraiba/>. Acessado em 16/08/2013.

passou de 3.201.114 milhões de habitantes, para 3.766.528 nesse intervalo, implicando em uma taxa média anual de crescimento populacional em 0,82%, menor que as médias nacional e regional (1,64% e 1,31%) respectivamente.

De acordo com dados do IBGE, a população paraibana em 1991, na faixa etária de 18 a 24 anos era de 410.745, que representava 12,8% da população residente. Em 2000, a população desta faixa etária era de 475.828, representando cerca de 13,8% da população neste ano. Deste total de indivíduos, 34,6% possuíam 8 anos ou mais de estudo. Já em 2010, a população nessa faixa etária cresce para 483.746, apenas 1,7% em relação a 2000, enquanto que o número de candidato à UFPB decaiu de 36.209 inscritos registrados em 2000 para 34.824.

Embora o crescimento da população paraibana, nesse período, tenha se mostrado inferior à média do país, percebemos que a população paraibana na faixa etária de 18 a 24 anos e com 8 anos ou mais de estudos procurou com maior intensidade ingressar na UFPB, desafiando a instituição a atender a demanda contida nos processos seletivos de 1991 e 2012, como mostra a o quadro a seguir.

Quadro 1 – Comparativo dos dados da UFPB no ano de 1991 e 2012

Ano	População - PB 18 a 24 anos	Candidatos	Vagas
1991	410.745	16.937	4.069
2000	475.828	36.209	5.217
2010	483.746	33.440	7.055
2012	489.916*	115.418	8.199
2012/1991 Δ %	19,3%	581,5%	101,5%

(*) Estimativa com base na publicação do IBGE

Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012 e

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtml.

Com base nos dados, é possível observar que as vagas ofertadas tiveram crescimento de 101,5%, ao passo em que o número de candidatos inscritos cresceu de maneira significativa (581,5%), crescimento esse explicado pela adesão da UFPB ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que classifica os candidatos com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e permite a inscrição de candidatos em todo território nacional para disputar as vagas das Universidades que participam do processo.

Uma análise do quadro anterior permite perceber que, embora a escolaridade dos indivíduos na faixa ideal de ingresso no ensino superior apresente crescimento significativo,

esse crescimento, tomado em números absolutos, não é acompanhado por um crescimento significativo das vagas ofertadas, mesmo que percentualmente tenha havido um crescimento volumoso (superior a 100%), demonstrando déficit no acesso à instituição, o que parece ter sido agravado ao se considerar a concorrência agora ampliada em nível nacional, com a ampliação de possibilidade para candidatos de outros Estados do país, pelo Sisu. Portanto, esse aspecto pode ser comparado quando é visto o crescimento de candidatos inscritos no período de 1991 a 2010 (97,4%), que se situa em um patamar bastante diferente do que ocorre em 2012, quando da adesão ao Sisu.

A UFPB, mesmo com as dificuldades imposta pelo contexto das políticas neoliberais e de reforma do estado brasileiro da década de 1990 no cenário nacional, buscou desenvolver sua estrutura física, ampliar o número de cursos de graduação e de pós-graduação e as atividades de pesquisas e extensão. As exigências advindas do mundo globalizado, como as inovações da comunicação e inserção das tecnologias contribuíram para a necessidade de qualificação profissional, de modo que a demanda cresce e a sociedade da Paraíba não foge à regra de maiores necessidades de formação e qualificação superior, aumentando o número de inscrições para os processos seletivos, exigindo assim uma expansão urgente do ensino superior, como expressa Castelo Branco e Nakamura⁷ (2012, p. 4).

Tal expansão do Ensino Superior no país pode encontrar justificativa na pressão exercida pelos setores médios e pelas camadas mais baixas da população por ascensão social, tendo como via a educação, atendendo à finalidade de consolidação do modelo capitalista industrial e as mudanças de ordem sócio-econômico-política decorrentes de suas necessidades.

A tendência do crescimento da demanda continua na década de 2000 que traz consigo alguns impasses, sobretudo, no campo educacional. O censo do IBGE, realizado em 2000, demonstra que, na Paraíba, a taxa de analfabetismo era de 29,7% de sua população total e, no grupo de idade de pessoas com 15 a 24 anos, essa taxa representava 14,7%. Já a taxa de escolaridade líquida (%) dos alunos matriculados no ensino médio no Brasil era de 34,4%, enquanto que na Paraíba esta taxa era de 17,3%. Estes dados evidenciavam que a criação de políticas para reverter tal situação tornava-se uma emergência. Mesmo o Brasil tendo avançado, na proposição de leis que atentassem para a necessidade de escolarização da população na década de 1990 a exemplo da reformulação da LDB em 1996, as condições básicas para o direito à educação não foram garantidas em sua totalidade, contribuindo para o

⁷CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo. **Expansão do acesso à educação superior: inclusão ou exclusão ampliada.** 2012.

crescimento do número de indivíduos que buscam, por meio da educação, melhores condições de vida (DOURADO, 2011).

A situação de defasagem educacional mobiliza a sociedade civil e o Estado na busca de alternativas às problemáticas educacionais. Nesse sentido, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - 2001-2010)⁸ vem na perspectiva de elevação global do nível de educação da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais; acesso, permanência à educação pública e democratização da gestão do ensino público (AGUIAR, 2010).

Com efeito, o censo de 2010 apresentou números como taxa de analfabetismo de 21,9% de sua população total e, no grupo de idade de pessoas com 15 a 24 anos de 5,3%, que apontam uma melhora do quadro embora ainda distante dos números ao nível de Brasil que foram 9,6% e 2,5%, respectivamente.

Analisando as mudanças no sistema econômico, político e social brasileiro e as parcerias governamentais e institucionais que buscam suprir as necessidades de uma sociedade que almeja o desenvolvimento por meio da educação, faz-se necessário compreender que a UFPB vem avançando, comparado ao cenário nacional, no âmbito das implementações de políticas públicas que oportunizam o ingresso de candidatos que apresentam um histórico de exclusão no seu processo educacional regular; dos que vivem à margem da sociedade; dos que apresentam condições especiais, por fim, como coloca Prestes e Pfeiffer (2011) daqueles que não fazem parte do modelo elitista do sistema superior.

2 Processo de expansão e democratização do acesso na UFPB

A UFPB não foge à regra do cenário nacional, marcada pelas políticas educacionais para o ensino superior que acarretam mudanças em sua organização acadêmica e em termos estruturais. Em se tratando de acesso, em consonância com a LDB, a UFPB adotou, no ano 2000, o **Processo Seletivo Seriado (PSS)**⁹ como mecanismo de seleção que objetivou avaliar os estudantes do ensino médio de forma seriada visando o acesso aos cursos da instituição, substituindo o antigo Concurso Vestibular, que perdurou até o ano de 1999, como um

⁸ A aprovação do PNE teve sua aprovação consumada mediante a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 **LEI** n° 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

⁹ O Processo Seletivo Seriado está regulamentado pelas Resoluções N° 027/2009, com as modificações introduzidas pelas de N° 055/2009, N° 09/2010, N° 044/2010 e N° 046/2010, N° 098/2011 e N° 25/2012, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

concurso episódico, em duas etapas. Os cursos de Bacharelado em Música, Licenciatura em Música, Teatro e Artes Visuais e Tradução exigiam, ainda, provas de habilidades específicas.

Na década de 2000, ocorreu uma mudança estrutural na UFPB, através da Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002¹⁰, que desmembrou quatro dos sete campi, criando assim a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ficando como o Campus I, na cidade de João Pessoa; Campus II, na cidade de Areia; e Campus III, na cidade de Bananeiras. O desmembramento resultou no *déficit* do quadro de funcionários, professores, alunos e no número de vagas, centros e cursos.

A crescente busca pelo ensino superior nas regiões da Paraíba impulsiona a expansão da UFPB, em que pese as interferências das políticas neoliberais, que colocam em risco o desenvolvimento das instituições públicas, como esclarece Souza Júnior (2011, p. 3):

Em se tratando das universidades federais, promoveu-se um profundo contingenciamento de suas verbas tanto para custeio quanto para pessoal, tendo como consequência o sucateamento da infra-estrutura e a desvalorização e precarização do trabalho docente.

Todavia, por ação do Governo Federal, é dado início ao processo de investimento e expansão do ensino superior público nas universidades federais, sendo um destes o Programa Expandir (2003 – 2006) denominado “Expansão com Interiorização”. Nesse conjunto, a UFPB cria o Campus IV - Litoral Norte, funcionando nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

A UFPB aderiu ao Programa e projetou a construção do *campus* do Litoral Norte, nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape, distantes cerca de 50 quilômetros de João Pessoa. O campus terá a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. O projeto original previu a implantação de 12 cursos de graduação com oferta de cerca de 900 vagas no processo seletivo devendo atender, em 2012, 4.000 alunos. Para dar conta da expansão foram alocados 190 docentes e 59 servidores técnico-administrativos. (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 4)

A necessidade de expansão e atendimento às demandas contidas no acesso às instituições federais de ensino superior faz gerar uma segunda fase do processo de expansão, o REUNI¹¹, como programa de apoio as instituições federais que se caracterizou como urgente no suprimento da demanda ao ensino superior em todo o país. Na UFPB, o programa

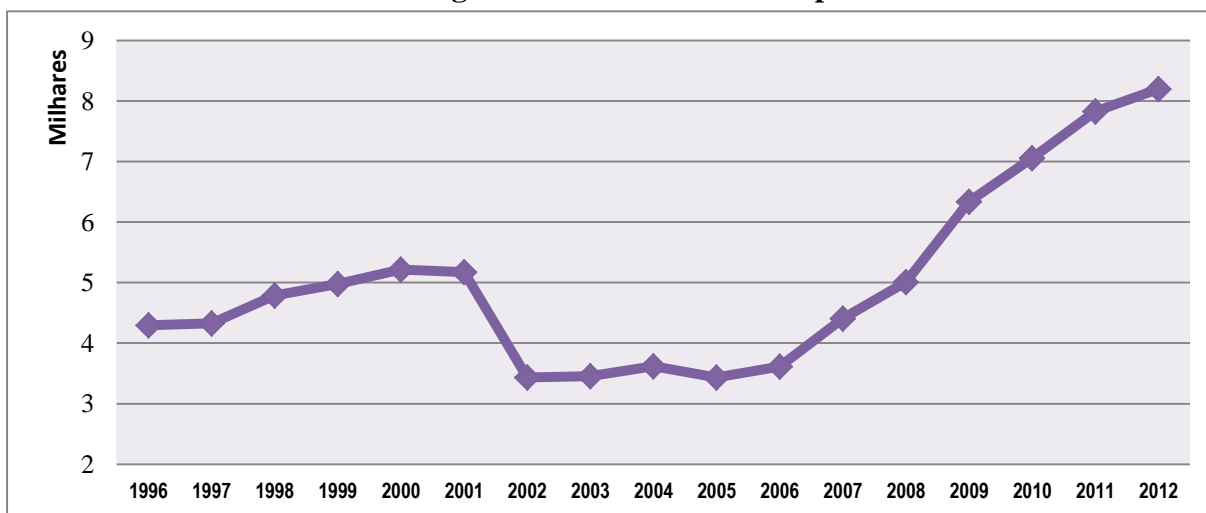
¹⁰LEI Federal nº 10.419,09 de abril de 2002. Paraíba, 2002.

¹¹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

é regulamentado pela Resolução nº 27/2007/ do CONSUNI/UFPB, em 12 de novembro de 2007.

Na UFPB, as políticas consolidadas no período em estudo possibilitaram um crescimento considerável nas oportunidades de acesso, que refletem as mudanças que ocorreram e as transformações sociais, políticas e educacionais apresentadas, anteriormente nesse artigo. A diminuição de vagas, no ano 2002, por exemplo, evidencia a redução dos *campi* da UFPB com a criação da UFCG e o crescimento das vagas no período de 2007 a 2010 é explicado pela adesão ao REUNI, como nos permite visualizar o gráfico 1 acerca da oferta de vagas na UFPB no período de 1996 a 2012.

Gráfico 1 – Números de vagas ofertadas na UFPB no período de 1996 a 2012



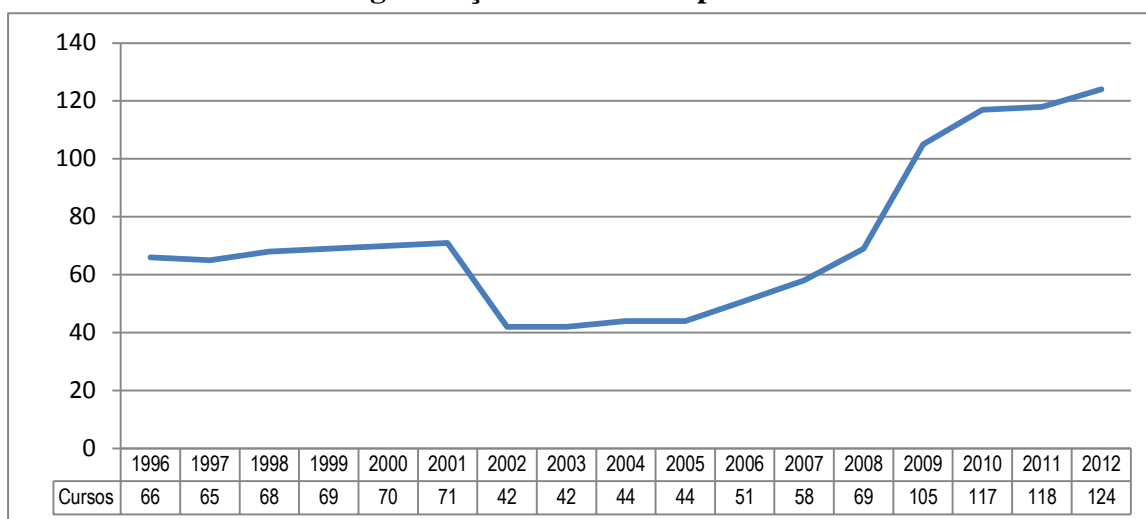
Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012 e http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtm.

O aumento de vagas, como políticas de expansão, democratização e permanência, favoreceu o desenvolvimento da instituição no sentido incluir novos cursos nas suas áreas de ensino. Essa medida resultou no crescimento de 130%, no número de cursos de graduação no período em estudo, como mostra o gráfico a seguir.

Com efeito, a ampliação de vagas com correspondente aumento do número de cursos de graduação na UFPB, mesmo sendo considerada grandiosa, não é suficiente para atender ao número de alunos que ainda se encontra fora do ensino superior, egressos do ensino médio cuja inclusão se faz a um ritmo demasiadamente inferior às necessidades da sua demanda real e necessita de ações que possam garantir a permanência e conclusão do curso.

A implantação de novos cursos e a disponibilidade de cursos em turnos diferentes aumentam as chances de ingresso, ou seja, tende a diminuir a demanda contida para os cursos da UFPB.

Gráfico 2 – Cursos de graduação na UFPB no período de 1996 a 2012



Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012 e http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtml.

Com a criação do SiSU, ocorre na UFPB, através da Resolução nº 44/2010, uma “[...] substituição gradual dos Processos Seletivos para ingresso nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal da Paraíba pelo Sistema de Seleção Unificada - SiSU, gerido pelo MEC [...]”, com a destinação de 10% das vagas em 2011; 20% em 2012; 40% em 2013 e 100% em 2014, quando ocorreria a extinção do PSS, realizado e aplicado pela UFPB.

Ainda no ano de 2011, ocorre na UFPB a implantação da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), criada através da Resolução CONSEPE nº 09/2010, que “Institui a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação, desta Universidade, e dá outras providências”. Com a MIRV, as vagas do PSS e as vagas destinadas ao SiSU passam a reservar um percentual ao preenchimento pelo sistema de reserva de vagas para alunos da rede pública, pretos e pardos e deficientes. A implantação da MIRV foi iniciada nos Processos Seletivos de 2011, reservando 25% de suas vagas, mas com a implantação da Lei nº 12.711/2012 esse percentual foi fixado em 50% para todo o território nacional, a partir dos processos seletivos para as vagas de 2013 (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, JEZINE, 2013, p. 4).

3 Programas institucionais de permanência na UFPB

No que tange às políticas de permanência na UFPB, destacamos a Portaria nº 02/2012, que “dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), composta pelo conjunto de definições,

critérios de concessão e manutenção dos benefícios”. O Programa de Benefícios “é o conjunto de ações estabelecidas pela Política de Assistência Estudantil tratada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto 7.234/2010”. Segundo o Art 2º, o Programa é composto por Restaurante Universitário; Moradia Estudantil; Atenção à Saúde; Auxílio Transporte; Auxílio Creche; Inclusão Digital através do computador pessoal; Auxílio manutenção; Apoio aos estudantes com deficiência; Apoio à participação em eventos; Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional, dependendo, porém, no art. 13, da disponibilidade orçamentário-financeira da UFPB, o que tem dificultado a sua implantação efetiva. Como consequência das políticas de expansão com a criação de novos cursos e aumento de vagas aliada à política de apoio ao estudante visando a sua permanência na instituição, verifica-se o aumento expressivo de matriculados em cursos de graduação no período, mostrados no quadro 2 e gráficos 3, a seguir.

Quadro 2: Alunos matriculados em cursos de Graduação – 1996 a 2012.

ANO	GRAU ACADÊMICO					TURNO		Total
	Bacharelado	Licenciatura	Bach. e Lic.	Esp. Prof.	Tecnológico	Diurno	Noturno	
1996								17.753
1997						13.908	3.707	17.615
1998						14.829	4.121	18.950
1999						16.612	5.684	22.296
2000	9.772	6.388	2.285	5.525	57	17.131	6.896	24.027
2001	8.028	5.752	1.878	5.370	20	14.763	6.285	21.048
2002	6.728	4.073	1.571	2.947	-	10.291	5.028	15.319
2003	6.269	3.903	1.586	2.900	-	10.097	4.561	14.658
2004	6.722	4.130	1.676	2.933	-	10.642	4.819	15.461
2005	6.667	4.078	1.725	2.918	-	10.648	4.740	15.388
2006	6.979	3.958	1.751	2.968	-	10.944	4.712	15.656
2007	7.373	4.117	1.845	2.961	-	11.418	4.878	16.296
2008	8.168	4.638	1.642	3.019	-	12.177	5.290	17.467
2009	14.361	5.541	1.706	-	-			21.608
2010	17.572	6.547	-	-	98	16.212	8.005	24.217
2011	18.886	6.771	-	-	339	17.240	8.756	25.996
2012	20.010	6.734	-	-	469	17.975	9.238	27.213

Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012 e

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtm.


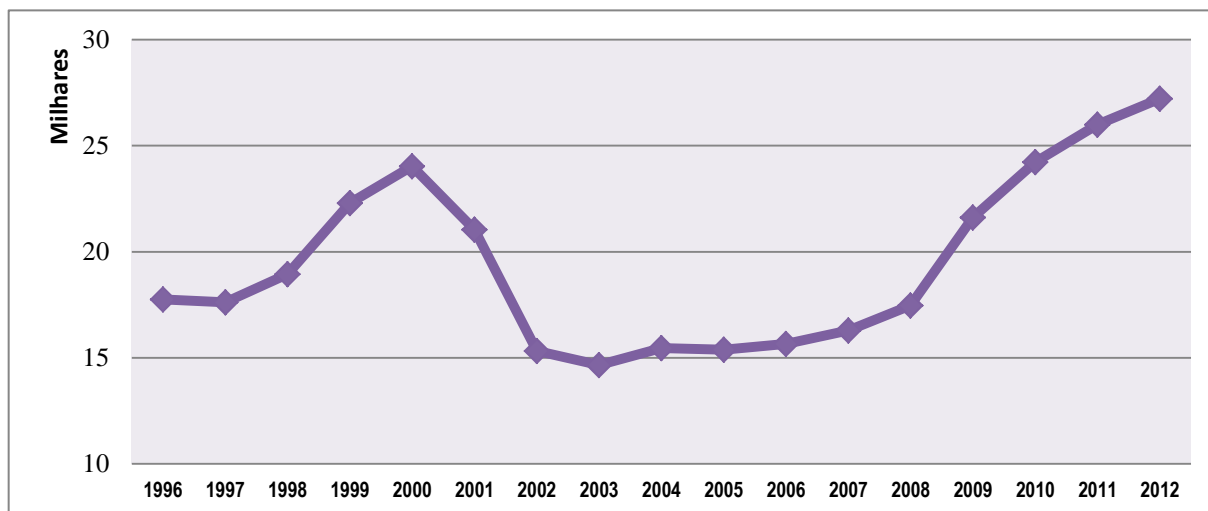
 Não disponível

Gráfico 3 – Matrículas em cursos de graduação na UFPB no período de 1996 a 2012



Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012 e http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtm.

Observando-se os dados apresentados, percebe-se um significativo aumento do número de matrículas nos cursos de graduação da UFPB, muito embora seja evidente que esse crescimento se deu de maneira mais expressiva nos cursos de bacharelados e diurnos, que atendem, preferencialmente, a alunos que não trabalham ou trabalham parcialmente e que dispõem de, pelo menos, um turno livre durante o dia, em prejuízo dos alunos trabalhadores que recorrem ao período noturno para realizarem seus estudos.

3.1 Ações de Permanência na UFPB

A expansão na educação superior gera a necessidades de políticas que garantam não apenas o acesso com equidade social a sujeitos com histórico de exclusão social, mas principalmente a sua permanência e conclusão com sucesso e qualidade do seu curso superior.

De acordo com Maciel e Sousa (2014, p. 696-699), a categoria permanência deverá ser tratada a partir da análise das políticas de permanência adotadas pelo governo federal, na Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), na Secretaria de Educação Superior (SESU) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

A SECADI busca pensar políticas destinadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade, que estão fora dos sistemas de ensino, e objetiva possibilitar sua inclusão, a partir da garantia do acesso e permanência. Para isso, são desenvolvidos programas como: Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir); Programa de Educação Tutorial

(PET); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); e o Programa de Apoio à Formação Superior de Professores (PROLIND), que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo da SECADI é valorizar as diferenças e a diversidade, promovendo a educação inclusiva, garantindo os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.¹²

A SESU trabalha com programas e projetos de acesso e permanência voltados para educação superior, que trazem em sua perspectiva a inclusão social, como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT); o Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR); o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); o Programa IES-MEC/BNDES; o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G); o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); a Lei de Incentivo a Pesquisa.¹³

O CNPQ, como agência de fomento, desenvolve programas de cunho acadêmico relacionado à formação inicial de pesquisadores e busca, em ações relacionadas à pesquisa científica e tecnológica, a integração de alunos, destinando bolsas para estudantes que estão associados em ações coordenadas por professores, utilizando como critério de distribuição de bolsas o desempenho acadêmico dos alunos e sua vinculação às Universidades.

O objetivo de destacar as políticas de acesso e permanência é entender como estas se configuram na UFPB, no que se refere à permanência de estudantes em condição de vulnerabilidade. O Projeto Pedagógico Institucional¹⁴ retrata os novos desafios e dificuldades que a UFPB vêm enfrentando, no que diz respeito à qualidade no ensino, buscando implementar políticas que garantam:

¹² Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=815>. Acesso em: 28 ago. 2014.

¹³ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354>. Acesso em: 28 ago. 2014.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prg/content/pdi-projeto-pedagogico-institucional>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, fomentando e reforçando a inovação, a interdisciplinaridade, e a transdisciplinaridade nos programas acadêmicos; formação do cidadão crítico, ético, criativo e socialmente comprometido com a sociedade, capaz de produzir, organizar, difundir e controlar o conhecimento; condições de igualdade no que se referem ao acesso e permanência, tomando por base os méritos, capacidade, esforços e perseverança, sem permitir discriminação e favorecendo a inclusão das minorias reconhecidas socialmente; o desenvolvimento de habilidades que permitam a aprendizagem continuada, nas mais diferentes situações de vida; uma formação que considere os aspectos ligados à socialização, integração, cooperação, participação. (UFPB, s/p).

Norteadas por esse princípio, a UFPB vem desenvolvendo ações, de cunho assistencialista, através de Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção do Estudante- (PRAPE), o outro é relacionado aos programas acadêmicos, que busca a integração do aluno em ações desenvolvida por professores no que desrespeito a ensino, pesquisa e extensão. No que se refere aos programas acadêmicos, não existe nenhum documento que contabilize de forma linear todos os programas, número de bolsas aos estudantes e o número de oferta e demanda. Entretanto busca-se trabalhar o programa de permanência de cunho assistencialista, desenvolvido na UFPB, porque dispõem de dados que possibilita a compreensão da amplitude do programa.

As ações desenvolvidas pela PRAPE/UFPB se encontram em consonância o PNAES, e emergem a partir de demandas ocasionadas pela evasão e retenção de alunos das IFES, com dificuldades socioeconômicas, identificados através de uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado entre 1996- 1997 e 2003-2004¹⁵. A universidade vem, então, enfrentando a evasão e a retenção a partir dos investimentos nos programas acadêmicos integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão, e nos programas assistenciais coordenados pela PRAPE. Nesse sentido, os resultados apontam que, no ano de 2013, segundo o Relatório de Gestão (2013), o número de bolsas para estudantes de graduação vem aumentando e, no que se refere aos programas assistenciais, a PRAPE vem atendendo, no ano de 2013,

6.630 alunos/dia nos restaurantes, bem como 1.125 estudantes instalados na residência. Destaca-se ainda que no ano de 2013 as diversas ações empreendidas pela PRAPE resultaram na assistência de 11.956 alunos. (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFPB, 2013, p. 39).¹⁶

¹⁵ Disponível em: <<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-ANDIFES.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

¹⁶ Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=page_relatorio_gestao>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Em comparativo ao ano de 2011, o Relatório de Gestão destaca:

[...] o aumento da assistência estudantil ocorrida no ano de 2011 comparando-se com o ano de 2010, quando foram assistidos 5.597 alunos, assim observa-se um aumento de cerca de 10% no quantitativo de alunos assistidos. (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFPB, 2011, p. 57).

Observando-se o quadro comparativo abaixo, percebe-se que, a medida em que aumenta o contingente de alunos matriculados, aumenta também o número de alunos assistidos pelos programas de permanência desenvolvidos pela UFPB.

Quadro 5: Crescimento das matrículas em cursos de graduação/presencial e beneficiados pelo programa PRAPE

Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação		
ANO	Alunos matriculados/ graduação presencial	Alunos beneficiados por programas - PRAPE
2011	26.096 ¹⁷	6.451
2012	27.088 ¹⁸	8.036
2013	32.848 ¹⁹	11.956
2011/2013Δ %	25,9%	85,3%

Fonte: Relatórios de Gestão UFPB 2011-2013. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=page_relatorio_gestao>. Acesso em: 03 set. 2014.

Portanto, o quadro mostra que o número de matriculados, entre 2011 a 2013, cresceu 25,9%, enquanto o número de beneficiados pelo programa cresceu com 85,3%. Apesar do significativo aumento do atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade, através de políticas de assistência estudantil, não há disponíveis estudos ou dados que apontem para acompanhamento acadêmico desses alunos assistidos, o que mostra uma grande lacuna entre a assistência financeira dada e o correspondente incremento na taxa de sucesso das IFES.

A UFPB também se utiliza da Portaria MEC nº 389/2013 para implementar a **bolsa permanência** que, no art. 4º da referida resolução, é definida como “[...] um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.” (PORTARIA MEC nº 389/2013, p. 12). O quantitativo de

¹⁷ Dados do Censo da Educação Superior – Microdados. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

¹⁸ Dados do Censo da Educação Superior – Microdados. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 28 jul. 2014..

¹⁹ Dados coletados da PRAPE, 2014.

alunos beneficiados por essa bolsa encontra-se incluído nos dados apresentados anteriormente.

Outro programa de caráter inovador apresentado na UFPB é o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, que institui a figura de **aluno assistido** (alunos com necessidades educacionais especiais) e **aluno apoiador**. Esse programa encontra-se descrito em edital próprio publicado a cada ano, a exemplo do Edital nº 002/2014²⁰. De acordo com esses editais, o aluno apoiador receberá, em forma de bolsa, o valor correspondente a quatro parcelas de R\$ 500,00, referentes ao desenvolvimento de suas atividades de atendimento a deficiência físico-motora, visual, auditiva, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras demandas pedagógicas que possam surgir.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados coletados na pesquisa, necessitamos buscar novos elementos para a construção de uma análise mais qualitativa dos dados, aprofundando a discussão sobre as políticas de permanência na UFPB, no que se refere à garantia do trinômio acesso-permanência-sucesso na formação superior.

O acesso aos dados relativos às políticas de permanência são dificultados pela organização e gestão da informação dos setores responsáveis, não sendo possível ter um quantitativo seguro do valor do montante investido em bolsas, a natureza das bolsas e os projetos envolvidos, uma vez que a instituição não conta com uma base de dados única, mas com vários bancos de dados em paralelo, correspondendo a cada uma das pró-reitorias envolvidas no processo, o que dificulta a junção e compilação da informação. Há uma enorme discrepância dos dados, não havendo um quantitativo único, mas vários dados inconsistentes.

Essa característica não parece ser exclusiva da UFPB, uma vez que em grande parte dos programas governamentais não há, como contrapartida, uma cobrança forte na organização do banco de dados institucional, que garanta uma uniformidade e confiabilidade dos dados apresentados pelas IFES. Há um conflito, por exemplo, entre as informações das pró-reitorias, do banco de dados da CAPES e dos dados institucionais enviados pelas IFES para compor o Censo da Educação Superior.

²⁰ Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/prape/Editais/Final%20do%20Edital%20de%20Apoiador%202014.2.compressed.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

Mesmo assim, faz-se necessário, pelos dados discutidos até o presente, continuar a acompanhar, de maneira comparativa, a trajetória escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade, para garantir a eficácia das políticas institucionais com a formação de qualidade desses alunos nos cursos escolhidos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. **Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil**: de FHC a Lula. Política Educacional Brasileira. Maringá/PR: Eduem, 2005, p. 67-95.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SANTOS, Clarissa Tagliari. A permeabilidade social das carreiras do ensino superior. **Cad. CRH**, Salvador, v.24, n.63, p.535-554, dez. 2011.

BERGMANN, Barbara. **In defense of affirmative action**. New York: Basic Books, 1996.

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2008. Disponível em: <<http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-32.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

_____. Portaria MEC nº 389/2013. DOU, seção 1, n. 90, segunda-feira, 13 maio 2013, p. 12-14. (ISSN 1677-7042).

_____. **Resolução nº 09/2010/CONSEPE/UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 44/2010/CONSEPE/UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep44_2010.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2013.

_____. **Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2007/Runi27_2007.htm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

_____. UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2012**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/pdi_ufpb_2009_2012.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2013.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Fisco e Contribuinte, 1988.

_____. **Censo da Educação Superior** – Microdados. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. PDI/UFPB. Disponível em: <<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-ANDIFES.pdf>>.

_____. **Relatórios de Gestão UFPB 2011-2013**. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=page_relatorio_gestao>. Acesso em: 03 set. 2014.

CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (Orgs.) **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. In: **Cadernos de Pesquisa**. (35), n. 124, SP, FCC, jan. / abril, 2005, p. 11-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

FRANCO, Lila L. M. M; MORAES, Karine Nunes. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na UFG: o processo de formulação, aprovação e implantação. In. JEZINE, E.; BITTAR, M. (Org.). **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa. Editora da UFPB, 2013.

IBGE. Resultado do Censo, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf. Acesso em: 22/04/2013.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. Rio de Janeiro, 2012. ISBN 978-85-240-4259-1.

JEZINE, E.; SERRANO, Rossana, M. S. M. O Banco Mundial e os indicadores de regulação e emancipação nas políticas de avaliação na educação superior brasileira. In. JEZINE, E.; TEODORO, A. (Orgs.). **Organizações Internacionais e Modos de Regulação das Políticas de Educação: Indicadores e comparações internacionais**. Brasília: Líber Livro, 2012.

_____; PRESTES, E. M. T. Democratização do acesso à educação superior no Brasil. In. RAMALHO, B. L.; LLAVADOR, J. B.; CARVALHO, M. E. P.; DINIZ, A. V. S. (Coords.). **Reformas Educativas, Educación Superior e Globalización en Brasil, Portugal e España**. Valência: Editorial Germania, 2011.

MACIEL, C E.; PEIXOTO, M C L. Políticas Públicas e Inclusão: a educação superior no contexto neoliberal. **Anais do XX Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br**. Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2012, 22p. ISSN 2176-6746.

_____; SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno de. Políticas de inclusão na Educação Superior – acesso e permanência na UFMS. **Anais do XXII Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br**, Natal, 2014, p. 692-706. ISBN 978-85-425-0178-0.

LÊDA, Denise Lessa; MANCEBO, Deise. Reuni. heteronomia e precarização da Universidade e do trabalho docente. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 34 (1), pp. 49 – 64, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>>. Acesso em: 12 set. 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educ. rev**, Curitiba, n.41, p.125-143, set. 2011. ISSN 0104-4060.

NAKAMURA, P. H.; CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E. A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos?, **Anais do XXI Seminário Nacional Universitas/Br**: Políticas Públicas para a Educação Superior, Expansão e Internacionalização. São Carlos: UFSCAR, 2013. 18p. (ISSN 2176-6746).

OLIVEIRA, J.F; CATANI, A.M; HEY, A.P; AZEVEDO. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J.F; MOROSINI, M.(org). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 71-88.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Rev. Lusófona de Educação** – n. 21, p. 199-218, out/dez, 2012.

SANCHES, Isabel. Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: as práticas de Educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, 19, 2011, p. 135-156.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/inep_artigo_2012_JTSantos.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2013.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

WEIDEN, F. G. **O que são ações afirmativas?** Disponível em: <<http://listas.softwarelivre.org/pipermail/psl-mulheres/2005-July/001340.html>>. Acesso em: 17 maio. 2008.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, São Paulo, v.11, n.32, p.226-237, ago. 2006. ISSN 1413-2478.